[Recensão a] Joaquim Ferreira Gomes, Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)

Autor(es): Vargues, Isabel Nobre
Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra
URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45298>
DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_8-1_38
Accessed : 26-Apr-2023 11:31:22

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

⓪ Sagrado e o Profano

HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1986

E dizemos sério porque a obra em análise apresenta ainda algumas particularidades, para além do estudo, que facilitam a sua compreensão. Referimo-nos aos anexos documentais que transcreve, à bibliografia e cronologia que apresenta e até ao quadro comparativo final entre a política francesa, a política espanhola, as relações hispano-francesas e a legislação sobre a imprensa espanhola. Um único reparo de ordem formal: num estudo desta natureza e especificidade, as notas não deviam ser apresentadas no final do texto.

Isabel Nobre Vargues

Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, 303 pp.

O livro recentemente publicado pelo Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra dependente do Instituto Nacional de Investigação Científica e da autoria do Prof. Doutor Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, representa mais um contributo fundamental para a História da Educação no nosso país. De resto, a temática educacional e pedagógica tem sido área de investigação privilegiada por parte daquele Autor. Permitimo-nos recordar aqui alguns dos seus anteriores estudos, não menos interessantes, nesse domínio: *Estudos para a História da Educação em Portugal no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980; *O Marquês de Pombal e as reformas do Ensino*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982 e *Estudos de História e Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1984.

Neste seu último livro o Prof. Ferreira Gomes publica, tal como o título sugere, os Relatórios anuais do Conselho Superior de Instrução Pública saídos entre 1844 e 1859. Logo na introdução recorda o seu Autor que se trata de uma reedição. Com efeito, em 24 de Janeiro de 1854, é o próprio Conselho Superior que solicita, ao Ministro do Reino, autorização para tornar públicos os seus relatórios anuais na revista de Coimbra, *O Instituto*. E entre 1852 e 1859 este jornal cumpriu esse encargo.

Mas não se trata de uma simples reedição a que agora se fez: porque os relatórios publicados no *O Instituto* apresentavam lacunas, o Prof. Ferreira Gomes socorreu-se do manuscrito — existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério da Administração Interna, vol. 192 — o qual também não estava isento de falhas. No estudo introdutório, cotejando os

Relatórios impressos e manuscritos, justifica o Autor o interesse em esclarecer essas faltas e também aí nos faz como que o ponto da situação sobre o ensino em Portugal nos meados do século XIX e, mais concretamente, por altura da reforma de Costa Cabral.

O Conselho Superior de Instrução Pública, órgão director, administrador e inspector de ensino sediado em Coimbra (verdadeiro «antepassado» do actual Ministério da Educação), foi criado por decreto de 20 de Setembro de 1844 — sucedendo ao Conselho Geral Director do Ensino Primário e Secundário —, e foi extinto por decreto de 7 de Junho de 1859. A ele coube, durante 15 anos, a responsabilidade do ensino em todos os seus níveis. Nos catorze Relatórios que o Conselho Superior redigiu e endereçou ao Governo (i. é, à Rainha) se consubstanciavam dados importantes sobre o estado do ensino em Portugal, uma vez que nos apresentam a organização geral da instrução pública, nos relatam também o que se fez e não se fez ao nível dos três graus de ensino (primário, secundário e superior), e nalguns deles se descreve quais os institutos e instituições de ensino existentes entre 1844-1859, período agitado do ponto de vista político-social que naturalmente teve o seu reflexo no próprio ensino e na vida escolar.

Não perde tempo quem se detiver na leitura deste livro, pois que ela se torna obrigatória e certamente imprescindível a quem investigue a história das instituições de ensino em Portugal ou a quem se dedique ao estudo da história da Universidade ou mais genericamente, à história da educação.

Sem dúvida que ficou mais rica a nossa bibliografia neste campo.

Isabel Nobre Vargues